



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PARECER

PROJETO DE LEI N. 362/2021

PROPONENTE: Deputado DERMILSON CHAGAS

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores pagos pela produção e veiculação das peças e anúncios publicitários institucionais, pagos pela Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Dermilson Chagas, o Projeto de Lei Nº 362/2021 objetiva dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação dos valores pagos pela produção e veiculação das peças e anúncios publicitários institucionais, pagos pela Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual.

O projeto em epígrafe esteve em pauta nas reuniões ordinárias nos dias 4, 5 e 10 de agosto do corrente ano. Não foram apresentadas emendas ou substitutivos à demanda.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou favorável à sua aprovação.

Nesta oportunidade, a propositura vem a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo-me, na qualidade de Relator, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no artigo 27, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

II - ANÁLISE

A) Formal

No tocante à competência objetiva, é válido pontuar que a





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

propositura abrange tema relacionando a transparência de órgãos públicos.

Nesse sentido, compete ao Estado assegurar o cumprimento dos ditames da Lei de Transparência, que reflete o direito de acesso à informação previsto do artigo 5º da Magna Carta.

Quanto à competência subjetiva da matéria em apreço, verifica-se sua subjunção aos preceitos constitucionais constantes do artigo 61, caput, da Constituição Federal, que atribui a competência concorrente para iniciativa no processo legislativo sobre a matéria em questão, competência esta na qual estão incluídos os parlamentares, bem como nos termos do artigo 33, §1º da Constituição Estadual e artigo 87, I, do Regimento Interno desta Casa, pontuo não existir óbices à propositura da demanda.

B) Mérito

Superadas as questões formais, passamos a discorrer acerca do mérito.

O princípio da publicidade, expresso no artigo 37 da Constituição Federal estabelece que todos os atos da administração pública devem ser públicos, ou seja, devidamente publicados em meio oficial, para garantir a transparência e produzir seus efeitos jurídicos.

Dessa forma, o presente o presente PL é útil, necessário e atende aos ditames previstos na Magna Carta brasileira.

Por fim, no que tange o aspecto financeiro da demanda, ressalta-se, ainda, que nas iniciativas previstas no projeto não há significativos custos.

Assim sendo, a propositura apresenta compatibilidade e adequação com a Lei Orçamentária para o ano de 2021. Esta, conseqüentemente, está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, e nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea “b”.

III- VOTO





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ante o exposto, em vista do que compete a Comissão de Assuntos Econômicos analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei Nº 362 de 2021.

S.R DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 23 de novembro de 2021.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU
RELATOR

